

BANZEIRO ÒKÒTÓ: GIRO DESCOLONIAL E PENSAMENTO DE BORDA NO JORNALISMO DE ELIANE BRUM

Felipe Boff¹

Resumo

Este artigo analisa evidências de giro descolonial e pensamento de borda, tal como compreendidos por Walter Mignolo e Madina Tlostanova (2009), no livro-reportagem Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo, da jornalista brasileira Eliane Brum (2021). Ampara-se na metodologia da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, de Luiz Gonzaga Motta (2010, 2013), para promover um diálogo entre conceitos epistemológicos da sociologia e do jornalismo. Conclui que a obra de Brum avança, com certo grau de ineditismo, no sentido descolonial.

Palavras-chave

Jornalismo. Giro descolonial. Pensamento de borda.

Abstract

This paper aims to analyze evidences of decolonial turn and border thinking, as understood by Walter Mignolo and Madina Tlostanova (2009), in the non-fiction book Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo, by the Brazilian journalist Eliane Brum (2021). It is based on the methodology of the Pragmatic Analysis of Journalistic Narrative, by Luiz Gonzaga Motta (2010), to promote a dialogue between epistemological concepts of sociology and journalism. The author concludes that Brum's work advances, with a certain degree of ineditism, in the decolonial sense.

Keywords

Journalism. Decolonial turn. Border thinking.

¹ Doutorando em Comunicação (UFSM), mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos), professor de Jornalismo (Unisinos). E-mail: flpboff@gmail.com.

1. Começando pela borda

Há muito tempo que a jornalista Eliane Brum se esforça para ver o mundo a partir de outros pontos de vista. Agachou-se ao lado de um mendigo que rastejava na praça, entrou em um bueiro atrás de meninos de rua (BRUM, 2006), internou-se em um asilo, acompanhou uma paciente terminal até a morte e embrenhou-se fundo na Amazônia (BRUM, 2008). Tão fundo que decidiu não mais voltar. Mudou-se para Altamira (PA), cidade no coração da floresta. Ali transformou de vez seu modo de ver o mundo - ou o fim dele, segundo suas palavras - e, em 2021, lançou Banzeiro òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo, livro-reportagem que expande o próprio conceito. Nele, Brum distancia-se das práticas profissionais hegemônicas e ortodoxas - um movimento de transgressão jornalística (BOFF, 2011), que faz da reportagem uma prática de fronteira² - para aproximar-se, com certo ineditismo no jornalismo brasileiro, do giro descolonial, tal como compreendido por Walter D. Mignolo e Madina Tlostanova (2009). É esse deslocamento de perspectiva que nos propomos a analisar neste artigo em uma leitura crítica de Banzeiro òkòtó, referenciada pela metodologia da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística (MOTTA, 2010, 2013). Com base na análise, pretendemos, ao final, destacar implicações e contribuições do giro descolonial de Brum ao campo do jornalismo.

Antes de passarmos à obra de Brum, é preciso localizar o problema do giro descolonial tanto epistemologicamente quanto geograficamente. Partimos do pressuposto de que “a fundação moderna do conhecimento é territorial e imperial”, como apontam Mignolo e Tlostanova (2009, p. 1, tradução nossa). Segundo os autores, a lógica colonialista, desde o Renascimento, valeu-se da ideia de civilização versus barbárie para justificar a opressão, a exploração e a destruição do Outro, tido como inferior e classificado racialmente - o “índio”, o “negro”, o “amarelo”³. Instituiu uma visão de fronteira como ponto onde termina a civilização, uma “perspectiva que negava todas as outras perspectivas”, estas submetidas a um apagamento epistemológico articulado ao longo da modernidade (2009, p. 2). “O conhecimento e as subjetividades foram e continuam sendo moldados por diferenças coloniais e imperiais que estruturam o moderno mundo ocidental” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 4).

2 Em estudo anterior, desenhamos “uma territorialidade da reportagem, apontada como porta de entrada e saída (portanto, situada na fronteira) para as trocas entre os sistemas do jornalismo, da literatura e da história” (BOFF, 2011, p. 42).

3 Como explica Quijano (2005, p.118): “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. (...) os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”. Há muitos outros autores, a exemplo de Quijano (2005), que tratam da descolonialidade ou decolonialidade. Optamos por Mignolo e Tlostanova (2009) para abrir caminho a esta abordagem sobre o trabalho de Brum pela proposta do pensamento de borda, que entendemos fértil para a aproximação aqui desenvolvida.

A reação que esses autores propõem é um giro epistêmico que se desenraíza das categorias do pensamento grego e latino da epistemologia moderna e substitui a noção de fronteira pela de borda. Ou seja, não procura negar as diferenças coloniais, mas encará-las desde as outras perspectivas. É dessa “ferida colonial” que surge o pensamento de borda, empoderando “diferentes atores teóricos” que têm sido “debilitados epistemologicamente” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 4).

As bordas não são apenas geográficas, mas também políticas, subjetivas e epistêmicas. Ao contrário do conceito de fronteira, o de borda contempla a existência de gente, linguagens, religiões e conhecimento em ambos os lados, que permanecem ligados pelas relações de colonialismo do poder - criadas pelo expansionismo europeu a partir de “apropriação massiva da terra”, “controle do conhecimento”, “desqualificação das linguagens e epistemologias não europeias” e “controle das subjetividades (por conversão, civilização e democratização - ou, hoje, pela globalização da cultura)” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 5).

Assim, o pensamento de borda⁴ surge da resposta epistêmica anti-imperialista e contra-hegemônica dos povos que foram humilhados e descartados epistemologicamente, a “outra gente”. É um giro epistêmico que propõe não apenas mudar o conteúdo, mas as regras do jogo pelas quais o conhecimento é produzido. A descolonização diz respeito “ao empoderamento e à liberação de diferentes estratos (racial, sexual, gênero, classe, linguístico, epistemológico, religioso etc.)” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 5).

As bordas podem ser estudadas a partir da epistemologia territorial (como as ciências sociais ocidentais), mas o problema no século XXI, segundo os autores, é como pensar a partir das bordas. “Falar a partir das bordas significa reescrever as fronteiras geográficas, as subjetividades imperiais/coloniais e as epistemologias territoriais” (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 12-13).

Mignolo e Tlostanova (2009, p. 18-19) ressaltam que o pensamento de borda não remete a uma “modernidade alternativa”, mas sim a “alternativas à modernidade”: promove a descolonização e “caminha na direção de um outro mundo possível”.

(...) o giro descolonial na realidade consiste em desligar-se (“desprender-se” é a palavra usada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano) da tirania da teo, ego-lógica episteme do mundo moderno e de suas consequências epis-

4 O pensamento de borda também é traduzido em outros textos de Mignolo como pensamento fronteiroiro ou pensamento de fronteira (no mesmo sentido de borda: como uma fronteira atravessada, zona de contato e não apenas de exclusão). Em inglês, usa-se o termo border thinking. Aqui, dada a ênfase na distinção entre a ideia de fronteira da modernidade/colonialidade e a de borda como proposta de giro descolonial, privilegiamos o termo pensamento de borda - no original, pensamiento desde el borde (Mignolo e Tlostanova, 2009) -, da mesma forma que damos preferência à grafia descolonial, como no espanhol, em relação a decolonial, como no inglês.

temológicas e culturais, como por exemplo a formação de subjetividades, consequências do colonialismo do pensamento e do ser. Mas desprender-se não significa abandonar, tampouco ignorar. Ninguém pode abandonar ou ignorar o depósito e a sedimentação de linguagens imperiais e categorias do pensamento. O pensamento de borda busca como lidar com a sedimentação imperial e, ao mesmo tempo, como quebrar o feitiço e o encantamento da modernidade imperial. (MIGNOLO e TLOSTANOVA, 2009, p. 19)

Vejamos, a seguir, como o livro-reportagem de Brum se aproxima desse arcabouço conceitual em sua narrativa jornalística.

2. Entrando em banzeiro

A leitura crítica a seguir se apoia na metodologia da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística proposta por Luiz Gonzaga Motta (2010, 2013) para o estudo das narrativas jornalísticas, mas não exclusivamente nela. Seguimos esse caminho, de tomar a metodologia como referência, e não exatamente como regra, por alguns motivos. O primeiro é que a Análise Pragmática da Narrativa Jornalística é proposta por Motta para um conjunto de textos jornalísticos que, recompostos através dos movimentos de análise, configuram então uma narrativa passível desse inquérito. Aqui, já temos uma narrativa integral, completa ou fechada - o livro-reportagem -, que, no entanto, também pode ser esmiuçada pelos movimentos analíticos sugeridos. A segunda razão é que buscamos observar o objeto para além da própria constituição narrativa, colocando-o em nível de diálogo com teorias epistemológicas mais amplas - notadamente, as de Mignolo e Tlostanova - ou específicas - as do Jornalismo. Por fim, entendemos ser mais coerente com a temática do artigo explorar um caminho próprio de análise, menos hermético metodologicamente e mais aberto a novas elaborações, como provoca a narrativa de Brum. Antes de empreender a análise - ou entrar no banzeiro -, contudo, repassamos os seis “movimentos” sugeridos por Motta (2010, p. 147-166), que nos servem de bússola: 1º) “Recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico”; 2º) “Identificação dos conflitos e da funcionalidade dos episódios”; 3º) “A construção de personagens jornalísticas (discursivas)”; 4º) “Estratégias comunicativas” (de objetivação e de subjetivação); 5º) “A relação comunicativa e o ‘contrato cognitivo’”; 6º) “Metanarrativas - significados de fundo moral ou fábula da história”.

O título do livro-reportagem, Banzeiro òkòtó, toma emprestado da natureza dois significados simbólicos. Banzeiro é uma agitação insondável das águas do rio, que desafia e confunde a navegação, sendo responsável inclusive por causar naufrágios. Òkòtó é uma espécie de caracol cuja concha, em forma de pião e com linhas espiraladas, solidifica a própria

história de sua evolução - significa, para os povos originários, um processo de crescimento constante, proporcional e regular, “numa circunferência aberta para o infinito” (BRUM, 2021, p. 338). Os dois termos fazem referência ao tema do livro, mas também à empreitada da jornalista:

Banzeiro é como o povo do Xingu chama o território de brabeza do rio. É de onde com sorte se pode passar, com azar não. É um lugar de perigo entre o de aonde se veio e o aonde se quer chegar. (...) Desde que me mudei para a Amazônia, em agosto de 2017, o banzeiro se mudou do rio para dentro de mim. (BRUM, 2021, p. 9).

Aos poucos vou deixando o banzeiro para (r)evolucionar em òkòtó. (BRUM, 2021, p. 377)

Bem assentado nessas metáforas, o tema do livro-reportagem é a tumultuada relação do homem com a natureza - relação de risco, como o banzeiro, que gostaríamos que evoluísse, como o òkòtó. É uma denúncia de emergências: a destruição ambiental da Amazônia e do planeta (daí, em parte, a expressão do subtítulo: Amazônia Centro do Mundo); os efeitos disso sobre a crise climática; a ameaça aos povos indígenas, beiradeiros e quilombolas; e, em última instância, a marcha da humanidade para a extinção.

É paradoxal que Brum recorra a um livro para denunciar uma questão urgente. Mas é compreensível. O livro-reportagem fornece espaço e liberdade suficientes para a proposta da jornalista. É uma “obra de autor”, conforme Lima (2009, p. 83), um processo jornalístico mais autônomo, com flexibilidade de angulação, fontes e abordagem, marcado sobretudo pela profundidade de conteúdo. No caso de Brum, essa autonomia é exercida com tal intensidade que se pode dizer que Banzeiro òkòtó expande o conceito de “livro-reportagem”. Alinha-se também, fortemente, com o conceito de “livro de repórter” (MAROCCO, 2016; MAROCCO, ZAMIN, SILVA; 2019): uma narrativa jornalística autoral que se configura em ação de resistência e que incorpora a crítica às práticas jornalísticas.

O “livro de repórter”, como um exercício de crítica da prática jornalística, apresenta a ação subjetiva e de resistência de um “repórter autor”. Daí, conservarmos a expressão “livro de repórter” enquanto essa designa um tipo de autoria afastada do ethos profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço jornalístico. A prática, neste quadro, apoiada em novas bases espaço-temporais, não rompe com o jornalismo, embora o “repórter autor” construa com seu trabalho um lugar de contrajornalismo, voltado ao exercício da crítica como reconhecimento do presente. (MAROCCO, 2016, p. 18)

Angela Zamin (2013) acrescenta que os “livros de repórter”, “ao abarcar os percursos que não ‘cabem’ no relato jornalístico, podem oferecer uma exegese do jornalismo e contribuir para historiar as práticas jornalísticas a um só tempo”. O conceito de “livro de repórter” pode designar algo diferente do livro-reportagem - quando se trata, por exemplo, de um livro de memórias de jornalista, ou de uma antologia de reportagens comentadas por seu autor - ou remeter ao mesmo produto, porém com características peculiares que se entranham ao enredo principal da obra. Neste caso, como ocorre em Banzeiro òkótó, é que entendemos que o conceito de livro-reportagem se expande, oferecendo outras contribuições à narrativa e ao próprio jornalismo.

Vejamos dois exemplos em que o livro-reportagem de Brum se revela também um “livro de repórter”:

No início, me recusei a escrever sobre povos originários, porque me sentia interdita pela minha ignorância. Só me autorizava a contar de beiradeiros, com quem compartilho uma base linguística comum e com quem tenho convivido há quase duas décadas. Não me arrependo de ter escrito sobre indígenas no passado, mas me envergonho do que escrevi. Só nos últimos anos compreendi que precisava, sim, escrever sobre indígenas, mas enfatizando a minha ignorância. Compreendi porque deixar de escrever sobre as violências que sofriam seria uma omissão. E também porque alguns grupos me pediram que escrevesse. Porém, sigo me sentindo bastante desconfortável. Busco me cercar do conhecimento de antropólogos, mas ainda é pouco. (BRUM, 2021, p. 303).

Em minha opinião, havia - e ainda há - uma considerável ignorância de parte da imprensa, baseada no Centro-Sul do país, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, sobre a Amazônia. Ignorância no sentido de ignorar, não saber. Bem mais tarde, em 2019, quando eu já vivia em Altamira e o bolsonarismo botou fogo na floresta, esse desconhecimento gerou cenas que seriam cômicas, não fosse a gravidade da situação. De todos os lugares do Brasil e de diferentes países, jornalistas me ligavam querendo saber onde estava o fogo. Mas não buscavam informações de satélite, pareciam querer o endereço do fogo, no melhor estilo “liga o Waze e vai”.

Os repórteres achavam que desembarcariam no aeroporto de Altamira, e o fogo estaria lá, circundando a cidade. (...) Outra jornalista tentou chegar a Altamira e acabou confundindo Amazônia, a região, com Amazonas, o estado. Comprou passagem para Manaus, de lá gastando dias de barco para finalmente chegar ao sudoeste do estado do Pará. Outros achavam que dava para resolver tudo em dois dias - e de táxi. (BRUM, 2021, p. 138-139)

Na Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, Motta (2010, p. 147) aponta a composição da intriga e do acontecimento jornalístico como primeiro movimento para o analista. No livro-reportagem, não há que se recompor a intriga, pois ela já está dada, mas sim que reconhecê-la: o caminho do banzeiro ao òkótó resume a tessitura narrativa de Brum.

Quanto ao acontecimento jornalístico, o livro-reportagem opera, nessa intriga, a relação entre múltiplos acontecimentos: escândalos de grilagem de terras, assassinatos de ativistas, garimpo irregular, extração clandestina de madeira, expulsão e marginalização dos povos da floresta e impactos socioambientais de grandes obras públicas. É nesse último segmento que um acontecimento se destaca: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA), na bacia do Rio Xingu, entre 2011 e 2019.

O processo de construção de Belo Monte, imposto aos povos do Xingu, foi perversamente planejado. É esquemático, assemelhando-se a uma daquelas maquetes de grandes projetos imobiliários. Expulsar um povo da floresta é matá-lo, e não há reparação capaz de corrigir a morte cultural, que em alguns casos é seguida pelo adoecimento e pelo fim. Ainda assim, a indenização que parte deles recebeu mostrou-se insuficiente até mesmo para garantir uma moradia minimamente digna para os padrões urbanos, próxima ao rio e ao centro, onde estão os empregos possíveis e os escassos serviços públicos de Altamira, a maior cidade da região. (BRUM, 2021, p. 111)

Belo Monte é um mostruário de horrores. É também uma linha de montagem de conversão explícita de *gente floresta* em pobres. É paradigma. (BRUM, 2012, p. 123, grifo nosso)

As bandeiras identitárias, progressistas e anticapitalistas de Brum permitem que, no espectro político-ideológico, ela seja alinhada automaticamente à esquerda. Porém, ao tratar de Belo Monte, a jornalista não se exime de criticar duramente o governo de esquerda que tocou a obra. Nem de apontar a hipocrisia da imprensa hegemônica, que passou de elogios desabridos a denúncias clamorosas sobre Belo Monte na derrocada de Dilma Rousseff (PT):

Belo Monte só se converteu em denúncia para grande parte da imprensa quando a Operação Lava Jato apontou o que os povos-floresta, as lideranças dos movimentos sociais e os cientistas afirmavam muito antes de a hidrelétrica barrar o Xingu: que Belo Monte fora planejada mais para produzir propina do que energia. Naquele momento, como interessava tirar o PT do poder, Belo Monte deixou de ser “magistral obra de engenharia” para se tornar mais uma prova de corrupção do partido no poder. A violação dos direitos dos povos e dos direitos da natureza, denunciada em mais de duas dezenas de ações do Ministério Público Federal, nunca foi considerada importante - nem à direita, nem à parcela majoritária da esquerda. (BRUM, 2021, p. 125-126)

Percebem-se aqui, novamente, traços característicos do livro-reportagem (autonomia de angulação, confrontando o campo político-ideológico) e do livro de repórter (fazendo a crítica das práticas jornalísticas).

Na Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, o terceiro e quarto movimentos propostos por Motta (2010, p. 152-160) dão conta, respectivamente, de investigar como são constituídos narrativamente os personagens e quais são as estratégias comunicativas do autor do texto. Na medida em que já analisamos um texto de jornalismo narrativo (ou literário), podemos naturalmente considerar as duas categorias em conjunto: a narrativa da ação - o que inclui a fala - é pedra fundamental da construção do personagem. A gama de personagens do livro, como dissemos, abarca indígenas, beiradeiros e quilombolas. E Brum, como vimos, sente-se mais à vontade para abordar os personagens beiradeiros - migrantes que se aculturaram à floresta, isolados em ilhas, mata adentro -, entre os quais Antonio e Dulcineia, forçados a se mudar para a cidade. Através desse casal de personagens, podemos observar aspectos das estratégias comunicativas de Brum. O primeiro é a “construção dos efeitos de real” (MOTTA, 2010, p. 156), estratégia de objetivação que pretende dar aos fatos narrados a condição de verdades, dando-lhes um encadeamento temporal, ancorado no presente (atualidade), que organiza o relato logicamente e oferece uma perspectiva empírica ao leitor. Destacam-se, nos três trechos a seguir, a narrativa da ação (com a composição de cenas) e a objetivação de detalhes que sintetizam, de certo modo, a gravidade da situação vivida pelos personagens:

Literalmente de um dia para o outro, centenas de famílias descobriram-se pobres. Como Antonio e Dulcineia, que conheci em 2017. O casal de beiradeiros vivia numa ilha do Xingu. Expulsos por Belo Monte, passaram a viver numa casa alugada com quatro cômodos, mas com apenas uma janela. Uma única janela para a casa inteira. E essa única janela tem grades, porque vivem na periferia de Altamira.

Quando já se sentiam esmagados entre paredes, Antonio e Dulcineia descobriram a fome. Eles não encontram palavras para descrever a fome. Quando peço a eles que a descrevam, os olhos de Antonio, esse homem em seus sessenta anos que desconhecia a vida na cidade, boiam em água salgada. E Dulcineia Dias, que me diz ter 52, encolhe-se no canto da sala, as costas coladas no cimento rachado da parede. (BRUM, 2021, p. 111)

Em Altamira, no verão, a sensação térmica ultrapassa os quarenta graus. E, no inverno, época das chuvas, pode superar os trinta. Antonio e Dulcineia vivem sem geladeira e sem ventilador em sua casa de uma janela, o que significa que não têm sequer água gelada nem como conservar comida. (BRUM, 2021, p. 112)

A cada madrugada, antes das quatro horas, Antonio desperta sentindo-se sufocado e escapa para os fundos da casa, onde há um quadrado de quintal cimentado sem nenhuma planta, mas de onde se enxerga um pedaço do céu. Antonio não se senta, porque não possui cadeira. Em pé, agarra-se a esse farrapo de liberdade, às vezes chora. E diz: “Ser pobre é viver no inferno”. (BRUM, 2021, p. 113).

No trecho seguinte, o efeito de real se dá pelo depoimento do personagem. Não é mais o narrador quem fala, é o personagem quem narra a própria história:

“Eu tinha uma vida melhor até mesmo do que qualquer pessoa de São Paulo”, Antonio diz. “Se eu quisesse ir pra roça eu ia, e se eu não quisesse, a roça ia estar lá no outro dia. Se eu quisesse pescar eu ia, mas se eu preferisse tirar açaí em vez disso eu tirava. Eu tinha rio, eu tinha mato, eu tinha sossego. Na ilha eu não tinha porta. E eu tinha lugar.” (BRUM, 2021, p. 113)

Um terceiro personagem que contribui para o efeito de real, tão ou mais relevante na intriga, é a própria jornalista. Convertida em narrador autodiegético (um narrador que também é protagonista da narrativa), Brum descreve não apenas as cenas que presencia, mas também experiências íntimas que vivencia - e reflete sobre o que elas dizem a respeito do tema. Um exemplo é o trecho em que narra sua jornada em busca de uma casa para alugar em Altamira. À beira da floresta, não encontra uma boa casa com árvores no quintal, pois o concreto predomina como visão de “progresso”; em outras casas que escolhe, esbarra em uma barreira ética: os imóveis são de propriedade de grileiros, criminosos que a própria jornalista já havia denunciado em reportagens.

E então, antes de assinar [o contrato de aluguel], perguntei: “Quem é o dono deste condomínio?”. O pensamento me veio num ímpeto, nem tive tempo de pensar antes de vocalizá-lo. Eu investigara a proprietária da casa, mas não do condomínio. A corretora respondeu sem vacilo: “Ah, é do Regivaldo Galvão”. Senti algo semelhante a um choque. Não emocional, mas elétrico. “Regivaldo Galvão, o homem que mandou matar Dorothy Stang?” E ela, bem tranquila, olhando para as unhas esmaltadas de vermelho-sangue: “Dizem que mandou matar”. (BRUM, 2021, p. 207)

A segunda estratégia comunicativa, de subjetivação, refere-se à “construção de efeitos poéticos” (MOTTA, 2010, p. 159), uma das marcas do texto de Brum ao longo da carreira. “A linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária”, assinala Motta (2010, p. 160). É o que podemos verificar no trecho a seguir, no qual o personagem é mais um expulso do Xingu pela construção de Belo Monte: Otávio das Chagas. Brum não deixa passar a peculiaridade do nome, uma ironia do destino. Trabalhar o duplo sentido das palavras é ousadia muitas vezes temerária no texto jornalístico. Entretanto, aqui esse recurso serve como disparador para uma sequência narrativa poética, enfatizada como tal pela pontuação das frases e pela distribuição dos parágrafos. Alguns têm somente uma linha: uma frase curta e um corte repentino no parágrafo, sinalizando que aquela frase deve ser sentida, não apenas lida; e então, um salto, para o curto parágrafo

seguinte, e novo corte. Uma arquitetura textual que remete ao sobressalto, à inquietação que aquela história deve causar. Vejamos:

Finalmente começo a entender.
São as chagas de Otávio que me contam, porque as chagas são tudo o que lhe restou.
Seu corpo é seu nome.
Otávio das Chagas é um refugiado do seu próprio país. É um refugiado em seu próprio país.
Entendam o que eu demorei a entender.
Quando alguém é obrigado a deixar seu país, sua pátria ou sua mãe, sua terra por causa da fome, guerras ou epidemias, quando alguém é arrancado do seu país pela geopolítica dos que detêm o poder e os privilégios no planeta, há algo que fica.
Há um resto.
Há uma materialidade que conta que essa pessoa viveu. Mesmo que sejam ruínas, mesmo que sejam seus mortos.
Mas quando alguém tem sua ilha afogada, como aconteceu com Otávio das Chagas, a memória vira água.
Não há nada que dê materialidade à sua existência.
Tudo o que dizia que ele teve uma vida, amou Maria, fez nove filhos, foi alegre e triste, foi quase violento mas se amansou, tudo isso se liquefaz. Até os ossos do seu pai se perderam, sepultado no exato ponto em que décadas depois seria erguido o paredão de Belo Monte. E então Otávio descobriu que um corpo, o do seu pai, poderia ser ao mesmo tempo perdido, esmagado e afogado. E assim também o pai morto já não tinha mais nem lugar nem matéria.
Eu volto para aquela casa que jamais será casa, a de nosso primeiro encontro em Altamira. Otávio e o filho Francisco estão apontando para a própria geografia. Desenham um mapa nos ossos, na carne e na pele. Contam a história de cada cicatriz.
Entendi, naquele momento, que o horror dos refugiados de Belo Monte é o horror de ser reduzido ao território do próprio corpo. (BRUM, 2021, p. 86)

Entre os movimentos prescritos pela Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, nenhum dá ênfase à dimensão política da linguagem, que, como podemos perceber, é muito presente no livro-reportagem de Brum. Começa ainda em um elemento pré-textual, a epígrafe, para a qual há uma nota de rodapé explicativa sobre o uso da palavra “humanes”:

Neste livro, escolhi buscar a chamada linguagem inclusiva ou neutra, uma busca que responde à necessidade de usar outra linguagem para acolher outras vidas e criar outros mundos. Usei-a sempre que possível, porque ainda estou Tateando. Imagino que a maioria vai estranhar e até ficar incomodada no início da leitura, como aconteceu também comigo. Estranhar é preciso. O que não nos provoca estranhamento não nos transforma. (BRUM, 2021, p. 5)

A adoção da linguagem neutra, incomum no jornalismo brasileiro - nem veículos identificados com pautas progressistas a incorporam em seus projetos editoriais -, é ainda mais

rara em livro. No livro-reportagem, em que pese a flexibilidade estilística, a revisão gramatical costuma ser ortodoxa, transformando-se até em elemento distintivo (um livro-reportagem, com largo tempo de elaboração, em geral é mais bem revisado do que uma reportagem publicada em jornal, por exemplo). Trata-se, portanto, de um desafio também aos revisores, atentos a palavras como *outrés*, *nordestines*, *humanes*, *todes*, *juntas*, *muites*, grafadas sem itálico ou aspas. Ou, para além da indeterminação de gênero: não se fala apenas de pátria, mas também de mátria. O resultado final guarda marcas de iniciativa experimental: em algumas vezes, palavras escapam ao controle da regra neutra; em outras, é a regra que extrapola - como em “*outrés mundes*” (BRUM, 2021, p. 379).

Mignolo (2015, p. 177, tradução nossa) ressalta que “a descolonialidade se dedica a mudar os termos da conversação, e não apenas seu conteúdo”. E outro aspecto fundamental da dimensão política da linguagem de Brum no livro é a proposição de novos termos para classificação dos povos de resistência. A jornalista os chama de “*povos-floresta*” (BRUM, 2021, p. 97), englobando indígenas, quilombolas e beiradeiros - os dois últimos, populações que escaparam ou se desgarraram dos colonizadores para enraizar culturas e modos de vida próprios na floresta -, integrados à natureza a ponto de não serem “da floresta”, mas floresta também. Seguindo a mesma lógica, chama os expulsos por barragens, garimpos e desmatamentos de “*deflorestades*” (BRUM, 2021, p. 252). Para não deixar dúvidas de que não se trata de mera questão estilística ou de modismo, a jornalista enfatiza:

Essa mudança que o real opera na linguagem - e a linguagem opera no real - é uma operação política fundamental para a determinação de futuro. Ela alcança a raiz da disputa pela Amazônia. A pandemia de covid-19 evidencia o que o colapso climático já tinha tornado explícito: não superaremos o maior desafio da história humana neste planeta sem mudar a matriz de pensamento. Não sairemos do abismo com o mesmo pensamento que nos levou ao abismo: branco, patriarcal, masculino e binário. (BRUM, 2021, p. 97).

Por fim, há a questão do lugar de fala, sobre o qual Brum não faz somente uma ressalva, mas uma reflexão aguda. Diz que, no processo de compreender sua branquitude, cunhou para ela o conceito de “existir violentamente” (BRUM, 2021, p. 17-19): o branco, mesmo que não queira, segue existindo violentamente pois seu privilégio em um país racista não cessa, permanece um fator de desigualdade e opressão. Afirma que se coloca “ao lado dos indígenas” (2021, p. 19), explicita seus esforços para se “desbranquear” (2021, p. 243), mas reconhece que “Essa linguagem é branca, porque escrevo para não indígenas” (2021, p. 23).

3. Saindo em òkòtó

A crítica ao colonialismo por si só não caracteriza um giro descolonial. Isso depende de como, por quem, para quê e para quem é feita. É preciso que essa crítica tenha força e substância para se estruturar, também, como um novo pensamento - pensamento de borda, para Mignolo e Tlostanova; pensamento florestado ou amazonizado, para Brum.

Em seu livro-reportagem, a jornalista relata como se transformou em ativista, agrupando líderes - que poderíamos dizer pensadores dos dois lados da borda - em torno do movimento Amazônia Centro do Mundo, que promove diálogos e ações contra a crise ambiental. Estrutura-se conceitualmente sobre algumas premissas, das quais a primeira é reveladora daquilo que, em nossa leitura, evidencia o giro descolonial na obra de Brum:

Amazonizar-se é, ao mesmo tempo, verbo ativo e reflexivo, que demanda deslocamento de centros geopolíticos, sim, mas demanda também transformação na estrutura de pensamento - transfiguração da linguagem. O colapso climático foi causado por um modo de compreender o mundo majoritariamente determinado pelo pensamento de matriz ocidental, branca, masculina e binária. Esse modo de compreender o mundo não esteve isento de conflitos. Mas mesmo os conflitos - pelo menos quando foram conflitos e não massacres - se deram dentro de uma mesma estrutura de pensamento. Não é possível enfrentar a crise climática com o mesmo pensamento que gestou a crise climática. O futuro depende da nossa capacidade de transformar radicalmente o modo como nossa espécie se coloca em relação a si mesma e ao que chama de natureza. Para isso é preciso gerar não só outros conhecimentos, mas outra estrutura de pensamento e até mesmo outra linguagem. (BRUM, 2021, p. 343)

Ao analisar este aspecto, cumprimos o que Motta define como sexto e último movimento da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística: as metanarrativas, ou “significados de fundo moral”:

A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. (...) Esse fundo ético ou moral vai surgindo cada vez mais nítido ao longo da análise do acontecimento: é o plano da estrutura profunda da narrativa. Pode ser predominantemente de ordem ética, moral ou filosófica, ainda que também possa conter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos. (MOTTA, 2010, p. 164-165).

No caso de Banzeiro òkòtó, há uma clara proposta de ordem ética, moral e filosófica:

A batalha pela Amazônia, o reflorestamento de si, a amazonização do mundo é um movimento para derrubar a hegemonia do pensamento ocidental,

patriarcal, branco, masculino e binário que vem dominando o planeta nos últimos milênios - e exterminando, silenciando ou empurrando para as periferias todas as outras formas de se perceber no mundo, para o mundo e com o mundo. A batalha pela Amazônia é pelo reflorestamento dos mundos - os de fora e os de dentro. (BRUM, 2021, p. 51)

As noções de fronteira e borda de Mignolo e Tlostanova também nos ajudam a refletir sobre as contribuições de Brum ao jornalismo, observado em uma visão sistêmica. A reportagem, gênero característico de Brum, é aqui compreendida como uma prática de fronteira (BOFF, 2011). Não uma fronteira no sentido excludente do colonialismo, mas sim no sentido de zona de contato onde se realizam trocas sógnicas entre sistemas - no sentido de borda. Nessa concepção, mais do que uma circunscrição de limites - tarefa que percebemos mais intensa no núcleo coeso do sistema, dominado pelo gênero notícia -, a fronteira é também onde eles esvanecem e o jornalismo pode ir mais longe. É aí que entra a ideia de transgressão jornalística, própria da reportagem, como proposição conceitual que abrange traços como “desvio do limite, código, regra, norma, padrão ou convenção jornalística”, “ruptura, desautomatização, experimentação ou estetização da linguagem” e “destruição de clichês e estereótipos, divergência e resistência ao poder, sinal de advertência, inconformismo, revelação de zonas de silêncio ou crítica à ordem e às práticas hegemônicas do jornalismo” (BOFF, 2011, p. 67), traços que percebemos com clareza no livro de Brum.

Ao mesmo tempo em que confronta o sistema, no entanto, a transgressão jornalística é vital para mantê-lo. Sem ela, não há oxigenação, atualização, reconfiguração, evolução. Como alerta Jorge Drexler ao fim da canção *Movimiento*, “Lo mismo con las canciones, los pájaros, los alfabetos. Si quieres que algo se muera, déjalo quieto”.

Mignolo (2004, p. 43, tradução nossa) lembra que “descolonialidade requer desobediência epistêmica”. Eliane Brum cumpre o requisito. Em *Banheiro òkòtó*, vemos transgressão jornalística e giro descolonial, um pensamento de borda que nos provoca a repensar também o jornalismo.

Referências

BOFF, Felipe. **Reportagem: transgressão nas fronteiras do jornalismo**. 2011. 124f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS: 2011.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

BRUM, Eliane. **Banheiro òkòtó: Uma Viagem à Amazônia Centro do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BRUM, Eliane. **O Olho da Rua**. São Paulo: Globo, 2008.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo**. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

MAROCCO, Beatriz. **Ações de resistência no jornalismo: “livro de repórter”**. Florianópolis: Insular, 2016.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da (orgs.) **Livro de repórter: autoridade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019. E-book.

MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera: Sentir y pensar la descolonialidad** (Antología, 1999-2014). Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015.

MIGNOLO, Walter. TLOSTANOVA, Madina. **Habitar los dos lados de la frontera/teorizar en el cuerpo de esa experiencia**. Revista Ixchel 1, 1-22, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Pragmática da Narrativa**. In: LAGO, Cláudia. BENETTI, Márcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

ZAMIN, Angela. **A contribuição dos “livros de repórter” para a compreensão das práticas jornalísticas e dos acontecimentos históricos**. In: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto - MG. **Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia**. Porto Alegre: ALCAR, 2013.